

A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Andréia Heiderscheidt Fuck

Resumo

Discutir a formação de professores para atuar na Educação Especial (EE), implica na reflexão sobre a formação de todos os docentes que atuam na educação básica. Neste sentido, este trabalho objetiva conhecer como se articula via Secretaria de Educação a formação dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) da cidade de Joinville. Para a construção dos dados foi realizada uma entrevista com uma das supervisoras do Núcleo de Educação Especial da Secretaria de Educação, pesquisa junto ao setor de estatística desta mesma secretaria, consulta a documentos e fontes bibliográficas. Para a Análise dos dados adotou-se a metodologia de Análise de Conteúdo de Franco (2012), que permite valorizar o material a ser analisado, contextualizando-o. Percebe-se que o município ainda está em fase de construção do processo de formação de professores para atuar no AEE, sendo que esta apresenta concepções que se mostram um tanto quanto conflituosas, pois as evidências demonstram prioridade para a formação com foco no atendimento ao aluno, ao domínio de técnicas, instrumentos, centrada no recurso, mas por outro lado, percebe-se que existe o entendimento que a função deste profissional está para além, na articulação de um trabalho que se efetive de forma colaborativa.

Palavras-Chave: Formação de professores, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado.

Introdução e Fundamentação Teórica

Os documentos que regulamentam a EE pós Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva - (PNEE-EI) referenciam, determinam e especificam a formação dos profissionais para atuarem com os alunos com deficiência, tanto para os docentes que recebem a denominação de especializados, quanto para os professores que atuam na sala de aula regular. Com tudo na prática, observa-se que as ações se mantêm em nível de formação continuada (em serviço, à distância, em nível de especialização), já que a resolução n. 1/2006 (Brasil, 2006), ao instituir as diretrizes para os cursos de pedagogia, deliberou pela extinção das habilitações nesses cursos. Com tais constatações entende-se que discutir sobre a formação de professores para atuar na Educação Especial, implica na reflexão sobre a formação de todos os docentes que atuam na educação básica, até porque, segundo os documentos o AEE nas SRM, é complementar/suplementar, sendo assim, o processo de escolarização deve se efetivar na sala de aula comum.

Nos últimos anos, as Salas de Recursos Multifuncionais passaram a ser destaque nas discussões referentes à Educação Especial, principalmente no que diz respeito ao processo de

escolarização das pessoas com deficiência na sala comum. Apesar de essas discussões terem se intensificado com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, com indicativos de que o Atendimento Especializado não deveria substituir, mas complementar ou suplementar o ensino em classes comuns, assim como a Resolução nº 04/2009 do CNE (que define as diretrizes do AEE), o processo de implementação das SRM teve início bem antes, com o Programa Educação Inclusiva – Direito à Diversidade (2003-2010), que possibilitou a formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros, intensificando a relação entre Secretaria de Educação Especial (SEESP) e uma rede de municípios-polo nos diferentes estados. Tanto é que, em 2006, o MEC publicou o documento “Salas de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado com as seguintes definições”¹:

As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (MEC, 2006, p.13)

Na atualidade, a responsabilidade pela execução desse programa é da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), órgão que era responsável pelas políticas educacionais no Ministério da Educação voltadas para alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação do campo, escola indígena, quilombola e educação para relações étnico-raciais. A antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP) em 2011 foi extinta e suas ações foram incorporadas à SECADI, que passou a ser responsável também pelas ações e programas voltados à educação especial, tendo como objetivo:

Contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade sócio-ambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e interssetoriais (PORTAL MEC²).

Dados divulgados no portal do MEC, disponibilizados no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle), informam que, de 2005 a 2011, foram

¹Essa definição foi retirada da Dissertação de Mestrado de Aline de Castro Delevati, de 2012, pois a mesma não se encontra mais no site do MEC, sendo que pertencia à antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP), que foi extinta.

² Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

disponibilizadas em nível de Brasil 37.801 Salas de Recursos Multifuncionais e 1.500 quites³ de atualização. Destas, 2.178 foram disponibilizadas para o Estado de Santa Catarina, lócus de nossa pesquisa, sendo que no município pesquisado foram 73 salas disponibilizadas e dois quites de atualização.

Conforme informações disponibilizadas pelo MEC/SECADI em contato eletrônico via e-mail, em 2013 foram implantadas mais 4.000 salas, totalizando, de 2005 a 2013, 41.801 Salas de Recursos Multifuncionais a nível nacional.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (MEC, 2013, p. 09), instituído pelo MEC/SECADI por meio da Portaria Ministerial nº 13/2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, e objetiva:

- a) Apoiar a organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
- b) Assegurar o pleno acesso dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular em igualdade de condições com os demais estudantes;
- c) Disponibilizar recursos pedagógicos e de acessibilidade às escolas regulares da rede pública de ensino;
- d) Promover o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar.

Para atingir tais objetivos, o MEC/SECADI realiza as seguintes ações:

- a) Aquisição dos recursos que compõem as salas;
- b) Informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados;
- c) Monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas;
- d) Orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE;
- e) Cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas;
- f) Promoção da **formação continuada de professores** para atuação no AEE;
- g) Publicação dos termos de Doação;
- h) Atualização das salas de recursos multifuncionais implantadas pelo Programa;
- i) Apoio financeiro, por meio do PDDE Escola Acessível, para adequação arquitetônica, tendo em vista a promoção de acessibilidade nas escolas, com salas implantadas. (MEC, 2013, pp. 09-10)

Conforme o Novo documento Norteador (2014) das SRM apresentado pela SECADI, no período de 2005 a 2012, a composição das Salas de Recursos Multifuncionais foi alterada, visando a atender às demandas dos sistemas de ensino. A tipologia⁴ da sala é definida com base nos dados do Censo escolar. Têm-se salas do tipo I e do tipo II; a sala do Tipo II preferencialmente é destinada para as escolas onde há alunos cegos.

³ Materiais entregues às salas já implantadas que foram acrescentados como sendo necessários para o bom funcionamento das SRM.

⁴ As informações referentes à tipologia das Salas de Recursos Multifuncionais estão disponíveis para consulta no portal do MEC/SECADI

As salas de recursos multifuncionais devem manter seu efetivo funcionamento, com oferta do AEE, aos estudantes público-alvo da educação especial, matriculados em classes comuns do ensino regular e devidamente registrados no Censo Escolar MEC/INEP.

Com base nos dados do Censo Escolar, o MEC/SECADI faz o planejamento de expansão do Programa, bem como de novas ações a serem disponibilizadas às escolas com salas de recursos multifuncionais em efetivo funcionamento, tais como:

- **Atualização** das salas de recursos multifuncionais implantadas em escolas, que continuam apresentando matrículas de estudantes público alvo da educação especial.
- **Apoio Complementar do Programa Escola Acessível e do Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial.**
- **Visita Técnica** para verificação do funcionamento da sala de recursos multifuncionais, realizada por técnico do MEC/SECADI.
- **Informativos:** encaminhamento da Revista Inclusão e outras publicações pedagógicas do MEC/SECADI. (MEC, 2010, p. 20)

Os programas aqui mencionados e que constituem o esteio da atual política para a educação especial no Brasil estão vinculados ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o plano de metas do governo federal que apresenta um corpo de projetos para os diferentes níveis e modalidades da educação nacional. Os dados apresentados corroboram com os estudos de Baptista (2011) que destaca que entre os anos de 2005 e 2010, houve um grande investimento na sala de recurso como espaço prioritário para a oferta do atendimento educacional especializado, assim como ocorreu avanço no debate acerca das atribuições do professor que desenvolve esse trabalho.

A Rede Municipal de Ensino, lócus de investigação do presente trabalho, iniciou como município polo em 2007, mas recebeu as primeiras nove Salas de Recursos Multifuncionais no ano de 2009. Até o ano de 2013, quando da construção dos dados desta pesquisa, foram implantadas 42⁵ Salas. A estrutura organizacional da rede municipal era composta por 83 unidades escolares, contando com 42 Salas de Recursos Multifuncionais já implantadas. Quanto ao número de professores dos anos iniciais, não foi possível obter essa informação de forma específica; o que se obteve foi o número de turmas, 1.067. Esse número não condiz com o número de professores, considerando que muitos trabalham 40 horas, e dessa forma estariam sendo contados duplamente. Quanto ao número de estudantes, em 2013, foram atendidos na rede 54.406 estudantes no ensino fundamental, dos quais 26.629 estavam nos anos iniciais.

⁵ Pesquisa atual realizada no Núcleo de Educação Especial no corrente ano aponta que já foram implantadas 52 salas.

Segundo a informação do setor de estatística na cidade de Joinville, no ano de 2013, na rede municipal, teve 729 alunos com deficiência matriculados na Educação Básica. Destes, 612 no Ensino Fundamental e 117 na Educação Infantil. Nos dados constam que 420 alunos receberam atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais do município, que no ano de 2013 contava com 42 salas em funcionamento, as quais foram implantadas conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Implantação das Salas de Recursos multifuncionais no município de Joinville

Ano	Nº de SRM Implantadas
2009	9
2010	14
2011	1
2012	3
2013	15
TOTAL	42

Fonte: Secretaria da Educação do município de Joinville (2013)

A princípio, a meta do município era implantar as Salas de Recursos Multifuncionais nas 83 escolas da rede municipal de Joinville. Porém, para que isso se efetivasse, seria preciso muitos investimentos, sendo a formação de professores um dos principais. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009, um dos documentos que regulariza o Atendimento Educacional Especializado, ressalta que cabe ao professor que atua na Sala de Recursos Multifuncionais a elaboração e execução de um planejamento, sem esquecer a articulação com os professores da sala de aula comum.

Quanto à formação de professores para atuar no AEE, a Resolução supracitada destaca no artigo 12 que “o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial” (BRASIL, 2009, p. 03). Já em relação à ação pedagógica desses docentes, a Resolução pontua no artigo 13 uma série de atividades, tal como a apresentada a seguir:

- I - identificar, elaborar, produzir e organizar *serviços, recursos* pedagógicos, de acessibilidade e *estratégias* considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II - elaborar e executar *plano de Atendimento Educacional Especializado*, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III - *organizar* o tipo e o número de *atendimentos* aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV - *acompanhar* a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na *sala de aula comum do ensino regular*, bem como em outros ambientes da escola;
V - *estabelecer parcerias* com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
VI - *orientar professores e famílias* sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
VII- ensinar e usar a *tecnologia assistiva* de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
VIII - estabelecer *articulação com os professores da sala de aula comum*, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p. 3).

São diversas as atividades atribuídas a esse profissional. Com um olhar mais atento, é possível perceber que suas funções devem ir além do atendimento na sala de recursos. Trata-se de um trabalho em rede, que ultrapassa até mesmo os muros da escola. Nesse sentido, torna-se indispensável que toda a comunidade escolar conheça as interfaces desse atendimento, entendendo o trabalho que ali se realiza e participando ativamente na efetivação do mesmo, assim como é indispensável o investimento na formação do profissional que atuará neste espaço e que receberá a denominação de “especializado” e terá como função realizar as ações pedagógicas descritas acima.

Com a finalidade de contribuir com as discussões na área da Educação Especial tendo como foco o serviço oferecido aos estudantes com deficiência, este trabalho teve como objetivo conhecer como a Secretaria de Educação do município de Joinville articula a formação das professoras do Atendimento Educacional Especializado

Percurso Metodológico

O lugar escolhido como lócus da pesquisa foi o município de Joinville. Localizado na região nordeste do Estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil, é a maior cidade do estado, possuindo a maior população, 515.288 habitantes. Para a construção dos dados de pesquisa, escolheu-se a Rede Municipal de Ensino, gerenciada pela Secretaria Municipal de Educação. Para o desenvolvimento desta pesquisa, adotaram-se alguns pressupostos da base epistêmica metodológica do materialismo histórico e dialético que:

“percebe os sujeitos como históricos, datados, concretos, marcados por uma cultura como criadores de ideias e consciência que, ao produzirem reproduzem a realidade social, são ao mesmo tempo produzidos e reproduzidos por ela” (FREITAS, 2002, p.22).

Neste sentido, adotou-se a metodologia de abordagem qualitativa, pois esta corrobora com a concepção de sujeito destacada. Concorde-se com André (2009, p. 5) quando diz que:

Cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações. Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica.

A implementação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas municipais da cidade de Joinville, conforme já citado, segue as Diretrizes Nacionais de Educação. Com o objetivo de melhor descrevê-la, realizou-se uma entrevista⁶ semi-estruturada no ano de 2013, com uma das supervisoras da Educação Especial da Secretaria da Educação Municipal. As informações contidas neste trabalho, referentes às Salas de Recursos Multifuncionais e a formação dos profissionais que atuam neste serviço no Município são partes desta entrevista, da pesquisa junto ao setor de estatística⁷ da Secretaria Municipal de Educação, da Instrução Normativa 004/2013, documento mais recente, que dispõe sobre procedimentos em relação às Salas de Recursos Multifuncionais no município pesquisado, assim como consulta a fontes bibliográficas e pesquisas já realizadas sobre o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Esta pesquisa adotou como método de análise dos dados a Análise de Conteúdo de Franco (2012), pois se entende que este procedimento permite valorizar o material a ser analisado, abrindo possibilidades de contextualizá-lo. Nesse sentido, “o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado, e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito e/ou latente” (FRANCO, 2012, p. 17). Sobretudo, entende-se que só é possível seguir nesse processo tendo como principal requisito a contextualização, pois é esta que garante a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens.

Processo de formação dos professores do AEE

Foi a partir de 2001 que ocorreram as reformas universitárias, com novas regulamentações, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para “Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, nos cursos de licenciatura, graduação plena”, do

⁶ Entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação de Joinville no dia 23 de agosto de 2013.

⁷ Pesquisa realizada no dia 29 de janeiro de 2014.

Conselho Nacional de Educação (BRASIL – CNE/CP 009/2001). Mendes (2008, p.94) afirma que tais “revisões na legislação educacional se tornaram necessárias no sentido de estabelecer a necessidade de proporcionar formação para os professores do ensino regular e especial, tendo em vista a perspectiva da inclusão escolar”. As diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que:

A educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL – CNE/CP 009/2001, pp. 25-26).

As modificações se estabelecem sem se definir claramente como se fará essa formação, principalmente porque em 2006 aprova-se a Resolução n.1, referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia – Licenciatura, que extingue as habilitações dos cursos de pedagogia, inclusive aquelas responsáveis pela formação dos professores para atenderem aos alunos considerados deficientes. Estas devem ser oferecidas em nível de pós-graduação. Parece que ficam estabelecidos alguns dissensos nessa trajetória de se definir a formação docente inicial, já que se institui que o professor da sala comum precisa ter formação para atuar com os alunos público alvo da educação especial, mas ao mesmo tempo não se estabelece quando nem como essa formação será oferecida, sendo que são eles que terão os alunos cotidianamente nas salas de aula. Michels (2011, p.150) nos diz que:

Dessas considerações podemos inferir que, mesmo tendo como máxima a educação inclusiva, a formação dos professores parece não caminhar nesta direção uma vez que: a) aos professores especializados é destinada formação que se centra no modelo médico-psicológico; b) aos professores regentes de classe é repassada essa formação, na maioria das vezes de forma assistemática; c) os professores regentes de classe onde estão “incluídos” os alunos considerados deficientes não são considerados prioridade nas propostas de formação.

Quanto a formação dos professores para atuar no AEE o município de Joinville estabelece como critério a formação em Pedagogia e o perfil para atuar na Educação Especial (se identifique com esta área de atuação). Segundo Santos (2016) que pesquisou a história de vida de professoras atuantes no AEE, ao se atribuir um perfil para se trabalhar com alunos com deficiência, atribui-se no discurso um lugar ao aluno co deficiência – que passa a ser aquele que, primeiramente, precisa de afeto (e por isso, de uma professora atenciosa, carinhosa e paciente), e cuja aprendizagem fica, portanto, em segundo plano.

Se a aprendizagem do aluno fica em segundo plano, a atividade de ensinar algo a alguém, própria do professor, também fica. Desvelam-se, assim, algumas implicações dessas concepções: ao falar que professora “tem perfil” para trabalhar no Atendimento Educacional Especializado por “ser atenciosa e carinhosa”, imprime-se nela uma identidade docente, que por sua vez imprime uma identidade ao seu alunado (e vice-versa) – identidades essas que produzem o (e são produzidas pelo) processo de escolarização. Ao salientar o carinho e a atenção, tira-se o foco do que confere à docência o status de profissão e lhe diferencia das demais atividades profissionais: a especificidade da ação e dos saberes pedagógicos (fazer alguém aprender algo) (SANTOS, 2016, p.76-77).

No que se refere à formação específica dos professores para atuarem no AEE, segundo informações fornecidas pela Secretaria de Educação o município está trabalhando desde 2007, antes mesmo da implantação das primeiras salas. Alguns profissionais participaram das primeiras formações oferecidas pelo Ministério da Educação, com cursos de aperfeiçoamento em 2007-2008. Em 2010-2011, o MEC disponibilizou um curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado, no qual o município priorizou as vagas para professores que estivessem dispostos a assumir uma Sala de Recursos Multifuncionais. Os responsáveis por gerenciar este processo, são os profissionais que atuam no Núcleo de Educação Especial do município de Joinville, criado em 2001, este faz parte da Secretaria Municipal de Educação, e tem a função de supervisionar, orientar e acompanhar os estudantes considerados da Educação Especial, assim como as escolas e o AEE.

Conforme já citado, apesar do programa de implantação das SRM ter início a nível nacional em 2007, é em 2009 que são cadastradas as 9 primeiras salas no município. À medida que as escolas providenciavam o ambiente e os equipamentos e materiais do Ministério de Educação e Cultura (MEC) chegavam, as SRM eram implantadas. Nesse período, segundo a supervisora entrevistada o Núcleo de Educação Especial reunia-se com os gestores das escolas e os professores que iriam atuar nessas SRM, a fim de orientar sobre o que vinha a ser esse serviço e o papel de cada profissional no processo. Segundo a supervisora:

Implantar as SRM não é tão simples assim, e o primeiro aspecto a se considerar é o profissional para atuar nesta sala, neste sentido o município segue alguns princípios como: o professor(a) deverá atuar 40 horas, ser um professor efetivo, com formação na área da Pedagogia. Paralelo a esses critérios, tem a questão do perfil, nem todo professor(a) tem realmente perfil pra trabalhar, pra atuar na Sala de Recursos Multifuncionais. É um trabalho que envolve muitas questões como: confecção de materiais de acordo com a necessidade do aluno, formação para os professores da rede, atendimento às famílias, troca de ideias, parceria com o professor do ensino regular. Então, o atendimento educacional especializado é um serviço que demanda muitas frentes assim, demanda muito trabalho (Supervisora da Educação Especial da Secretaria de Educação de Joinville).

Ainda por meio da entrevista esclarece-se que a Rede Municipal, por meio da Secretaria da Educação e dos responsáveis pela Educação Especial, oferece aos profissionais do AEE formação continuada, que acontece uma vez por mês. Conta-se com dois grupos: os professores iniciantes e os professores que se encontram há mais tempo nesse atendimento.

Os iniciantes pertencem ao grupo I. Este trabalha com o conteúdo básico, tendo como referencial teórico os “Fascículos disponibilizados pelo MEC – Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar” (MEC, 2010). O grupo II trabalha conteúdos relacionados à construção de recursos como: a construção de pranchas de comunicação alternativa/aumentativa (*software Boardmaker*), produção de um áudio-livro, orientação em mobilidade, braile, LIBRAS e o uso do Soroban. O professor desse segundo grupo deve dominar recursos específicos para suprir as necessidades decorrentes das deficiências.

Diante das explicações referentes aos cursos disponibilizados via Secretaria da Educação e das funções destinadas ao professor da SRM, que além de trabalhar com os alunos é responsável em trabalhar com a equipe escolar, busca-se responder algumas perguntas já suscitadas por Baptista (2013, p.47):

Que características deve ter a ação de profissionais que representam uma área específica, como a educação especial, para favorecer o avanço desse processo global de qualificação da escola, assim como a escolarização dos alunos que se constituem alvo privilegiado do trabalho desses educadores?

Entende-se que a pergunta de Baptista (2013) se remete especificamente à formação do professor desse atendimento, assim como as propostas de formação que devem estar vinculadas às necessidades específicas de conhecimento desse profissional. O próprio autor apresenta duas perspectivas de trabalho:

A compreensão de que o trabalho do educador especializado devesse ser aquele de exclusivo atendimento direto ao aluno por meio do domínio de técnicas, instrumentos e linguagens específicas; a crença de que, além dessas características, seria de se esperar que o profissional responsável pela educação especial devesse atuar em diferentes frentes, na assessoria e formação de colegas, como segundo docente em uma mesma sala de aula que o professor regente de classe, no acompanhamento de famílias, como possível interlocutor com equipes externas à escola que se envolvem em atendimentos dirigidos ao aluno com deficiência (BAPTISTA, 2013, pp. 47-48).

Parece que o município de Joinville vive um conflito entre as duas perspectivas, pois, ao se referenciar à formação oferecida ou disponibilizada pela Secretaria, apresenta a primeira perspectiva apontada por Baptista (2013), ou seja, uma formação centrada no atendimento

direto ao aluno, por meio do domínio de recursos específicos. Todavia, quando se refere às funções desse profissional na escola, defende a segunda perspectiva, ressaltando que:

Este serviço tem várias demandas de trabalho. O professor do AEE precisa trabalhar em várias frentes. Ele precisa estar diariamente observando as crianças nos diferentes espaços da escola, confeccionar materiais, estar em contato com o professor do ensino regular diariamente. Na verdade eles serão os multiplicadores na escola, realizando um trabalho bem específico com o aluno em parceria com o professor da sala comum. Isso já representa uma espécie de formação em serviço (Supervisora da Educação Especial da Secretaria de Educação de Joinville).

Nesse sentido, entende-se que a formação desse profissional precisa estar vinculada às suas funções. Por isso, embasada na perspectiva de um trabalho colaborativo, visando trabalhar com toda a equipe escolar e provocando a análise e a reflexão das concepções que habitam o espaço escolar. É fundamental que a gestão da escola e o próprio professor do AEE disponibilizem, em seus planejamentos, um horário específico para conversar com o professor da Sala Comum, para que possam trocar experiências e realizar um trabalho colaborativo. Jesus (2008, p. 78) diz que “[...] os profissionais devem tomar consciência da sua própria profissionalidade em termos individuais e coletivos, assumindo também a formação continuada como parte da ética de ser profissional da educação”.

No tocante ao trabalho com a equipe escolar, a secretaria não dispõe de uma formação específica que contemple todos os profissionais, apenas se refere a reuniões com diretores, supervisores e orientadores para repassar informações sobre a SRM, principalmente no que se refere ao espaço físico e à acessibilidade. Mesmo assim, a Supervisora do Núcleo de EE acredita que, nesses quatro anos de implantação das SRM, muitos avanços já foram alcançados.

Hoje já têm diretores que fazem questão de ter esse atendimento na escola, que chegam a ceder as suas salas para implantar a Sala de Recursos, a aceitação já é bem outra, maior conhecimento, entendimento desse serviço e da importância para a criança com deficiência, que é a maior beneficiada (Supervisora da Educação Especial da Secretaria de Educação de Joinville).

A fala da supervisora demonstra que, conforme as salas são implantadas, os conceitos e as ações vão se transformando. Contudo, entende-se que essas modificações levam tempo, pois, como já citado, há uma história de exclusão relacionada à Educação Especial e também uma forma enraizada na atuação docente que tende para o trabalho de forma isolada.

Para a realidade do município, esse atendimento ainda é algo novo e exige um constante repensar dos profissionais envolvidos no seu processo de implementação. Nesse sentido, corroboram as afirmações de Baptista (2013, pp. 48-49):

Sabemos que qualquer construção de aprendizagem nova não pode prescindir da história e do conhecimento prévio do sujeito. No entanto, muitas vezes esquecemos que esse raciocínio deveria também ser aplicado a ‘sistemas aprendentes’ que não se restringem aos sujeitos, mas se constituem como grupos – grupos profissionais, redes de ensino, gestores, educadores de um sistema etc. De certa forma, consigamos ver ou não, estamos vivendo esse processo de renovação de um campo profissional forçado pela emergência de novos desafios. Presente e futuro estão imbricados e nos provocam a pensar um passado que continua nos habitando. Esse passado somos nós; merece cuidado, pois se constitui naquilo que conhecemos, naquilo que nos orienta, mas que, frequentemente, ofusca nossa visão e limita nossa possibilidade de enxergar.

Com relação à educação especial do município de Joinville, considera-se que a realidade atual apresenta possibilidades para as pessoas com deficiência no espaço escolar, ainda que com dificuldades, principalmente porque, no passado, essas pessoas eram privadas de estar na escola comum. Contudo, agora estão na escola e provocam mudanças, exigem novos conhecimentos para superar os desafios. Escolher a melhor maneira de lidar com elas pode ser o anúncio de um futuro mais promissor, mas antes de tudo é preciso aceitar o novo e, com ele, novas alternativas, novas aprendizagens e acredita-se que o processo de formação de professores para atuar na EE com foco num trabalho colaborativo deva estar como prioridade, para que o município de fato realize um trabalho que contemple a necessidade de todos.

Considerações Finais

Para o município, existem algumas questões que se constituem em desafios específicos do cotidiano escolar referentes ao trabalho com alunos com deficiência, ligados à estrutura física das instituições escolares, concepção dos profissionais da escola, das relações estabelecidas entre professor da SRM, da Sala Comum e Secretaria de Educação. Inclui-se aqui os que são de âmbito extraescolar, relacionados às políticas públicas, ao direcionamento da própria Secretaria Municipal e ao Núcleo de Educação Especial.

Quanto à formação dos professores para atuar no AEE, percebe-se que o município está em fase de construção deste processo e apresenta conflitos, demonstra priorizar a formação com foco no atendimento ao aluno, ao domínio de técnicas, instrumentos, centrada no recurso, por outro lado, identifica que a função deste profissional está para além, pois precisa atuar em diferentes frentes, na articulação de um trabalho que se efetive de forma

colaborativa, que não está centrado na SRM, mas no AEE ao aluno, professores, escola, e, suas reais necessidades.

Conclui-se que o município vincula suas ações referentes à Educação Especial de forma específica no que se refere à implantação e manutenção das Salas de Recursos Multifuncionais e aos documentos nacionais que estabelecem as diretrizes desse trabalho, demonstrando preocupação em estar em consonância com a PNEE-EI (2008). Isso demonstra a preocupação com a formação do professor do AEE e com os demais profissionais da escola, o que faz todo sentido, pois, como nos diz Jesus (2008, p.77):

Para que a diversidade humana possa se fazer presente na escola, ganham especial relevância os docentes, porque são eles que, no meio de suas contradições, dúvidas, avanços, medos, disponibilidade, ansiedades, acolhimentos e possibilidades, assumem os alunos em suas salas de aula. São as práticas pedagógicas aí desenvolvidas que poderão contribuir, ou não, no sentido da aquisição do conhecimento por todas as crianças e jovens.

Ao concordar com as palavras de Jesus (2013), não se pode esquecer que, para que as práticas pedagógicas contribuam para a aquisição do conhecimento, é preciso que a escola ofereça condições de trabalho, incluindo estruturas físicas adequadas, remuneração digna e espaço para a troca de experiências e a formação em serviço, envolvendo todos os profissionais da escola e constituindo-se num trabalho colaborativo.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 01, n. 01, pp. 41-56, ago./dez. 2009.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília – SP, v. 17, n. spe1, ago. 2011.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. A ação Pedagógica e Educação Especial: para além do AEE. In: _____; JESUS, Denise Meyrelles de; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). **Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC/CNE, 2006b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 08 fev. 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento Orientador Programa Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Diretoria de Políticas em Educação Especial: Brasília, 2013.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cad. Pesquisa (online). 2002, n.116, pp.21-39. ISSN 0100-1574.

FRANCO, Maria Laura. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

JESUS, Denise Meyrelles de. Formação de Professores para inclusão escolar: instituindo um lugar de conhecimento. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amelia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini (Org.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELLO, Andressa Santos. O “Especial” na Educação, Atendimento Especializado e a Educação Especial. In: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno (Org.). **Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: Junqueira&Marin, 2013.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Caminhos da pesquisa sobre a Formação de Professores para a inclusão escolar. In: _____; ALMEIDA, Maria Amelia; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini (Org.). **Temas em Educação Especial: conhecimentos para fundamentar a prática**. Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008.

MICHELS, Maria Helena. Paradoxo da formação docente na política de educação inclusiva do Estado de Santa Catarina: a perspectiva clínica como sustentação do trabalho escolar. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; JESUS, Denise Meyrelles (Org.). **Avanços em políticas de**

inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. 2. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2011.

SANTOS, Juliana Testoni dos. **Professoras Atuantes no Atendimento Educacional Especializado e suas Histórias de Vida: Um Estudo sobre Identidade Docente.** 2016. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE JOINVILLE. **Dispõe sobre procedimentos em relação às Salas de Recursos Multifuncionais.** Instrução Normativa 004/2013.